

Ensino superior - cotas
AJO2132

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

EM QUATRO ANOS

Agora é lei: universidades terão que adotar cotas raciais

Parte das vagas será para alunos com renda familiar igual ou menor que 1,5 salário mínimo

« Já é lei: as universidades federais terão que reservar 50% das vagas de todos os cursos e turnos a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. Uma parte dessas vagas deve ser dedicada a negros, pardos e índios; e outra, a alunos com renda familiar igual ou menor a 1,5 salário mínimo per capita. A Lei das Cotas – como vem sendo chamada – foi sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff.

Agora, as instituições de ensino terão quatro anos para se adequar. A maioria das universidades

já adota algum tipo de ação afirmativa, mas poucas atingem um percentual de 50% das vagas.

CRITÉRIO

Só um artigo foi vetado: o que dizia que o ingresso dos cotistas seria feito a partir das médias obtidas no ensino médio - o governo quer que o critério seja o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Mercadante apresentou desempenhos dos estudantes das redes pública e privada no último do Enem. Os concluintes do ensino médio da rede pública obtiveram média de 474,2 pontos; e os do ensino privado, 569,2. O ministro, no entanto, chamou a atenção para a média dos 150 mil concluin-

FIQUE POR DENTRO

Como é hoje

▼ Ufes

Entre 40 e 45% das vagas nos cursos são reservados para alunos que estudaram todo o ensino médio e pelo menos quatro séries do ensino fundamental em escolas públicas e que tenham renda familiar de até sete salários mínimos. O restante das vagas são disputadas apenas por não cotistas

▼ Ifes

50% das vagas são reservadas para alunos que estudaram todo o ensino médio e pelo menos dois anos do ensino fundamental na rede pública. O restante

das vagas são disputadas por todos, cotistas ou não

Como fica

▼ Escola pública e renda familiar

Nas duas instituições, 50% das vagas serão reservadas para quem estudou apenas o ensino médio na rede pública, sendo metade delas para quem tenha, também, renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa

▼ Critério racial

Dentro dos 50% também deverá ser aplicado o critério racial. A distribuição nesse caso deverá obedecer a proporção da população

de cada Estado, segundo o IBGE. No Espírito Santo, há 8,3% de pretos, 48,6% de pardos e 0,2% de indígenas

Implantação

▼ Quatro anos

As universidades e institutos de todo o país deverão implantar o novo modelo em até quatro anos. A lei exige que as instituições ofereçam pelo menos 25% da reserva de vagas prevista a cada ano

▼ Avaliação

10 anos depois de ter entrado em vigor, a lei deverá ser reavaliada

tes da rede pública com melhor desempenho: 582,2.

DESAFIO

“A importância desse projeto tem a ver com um duplo desafio: primeiro, é a democratização, o acesso às universidades; e segundo, o desafio de fazer isso mantendo um alto nível de ensino e a meritocracia”, disse a presidente.

“O Brasil precisa fazer frente a esses dois desafios, não apenas um. Nada adianta manter uma universidade fechada e manter a população afastada em nome da meritocracia. De nada adianta abrir a universidade e não preservar a meritocracia”, acrescentou Dilma. (Com informações de agências)

Na Ufes, mudanças só virão a partir do vestibular do ano que vem

GILDO LOYOLA/ARQUIVO

« O reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Reinaldo Centoducatte, disse que a nova lei não deverá mudar a reserva de vagas do próximo vestibular. “Como já reservamos cerca de 40% das vagas, creio que não vamos precisar mudar nada agora. A lei prevê uma implementação gradual, que já atendemos”, explicou.

Para o vestibular 2013, deverá haver mudanças. “Vamos consultar o MEC e nosso departamento jurídico para saber como fazer a

adequação”, afirma. A Ufes já reserva de 40% a 45% das vagas para alunos que estudaram todo o ensino médio e pelo menos quatro anos do fundamental na rede pública e têm renda familiar de até sete salários mínimos.

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) reserva 50% das vagas para alunos da rede pública e deverá rever os critérios. O reitor do Ifes, Denio Rebello, afirmou que a sanção da lei vai provocar mudanças em alguns campi e fará diferença questão na étnico-racial.



Hoje, a Ufes tem até 45% das vagas para alunos da rede pública e com renda baixa

“Como já reservamos cerca de 40% das vagas, acredito que não vamos precisar mudar nada agora”

REINALDO CENTODUCATTE
REITOR DA UNIVERSIDADE